

HABEAS CORPUS Nº 570.299 - SP (2020/0078872-6)

RELATOR : MINISTRO PRESIDENTE DO STJ
IMPETRANTE : CLEBER ANTONIO MACHADO
ADVOGADO : CLEBER ANTONIO MACHADO - SP353986
IMPETRADO : TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO
PACIENTE : ADLER LUCAS VENANCIO SIMAO (PRESO)
INTERES. : MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE SÃO PAULO

DECISÃO

Trata-se de *habeas corpus* com pedido de liminar impetrado em favor de ADLER LUCAS VENANCIO SIMÃO em que se aponta como autoridade coatora o Tribunal de Justiça do Estado de São Paulo.

Narra o *writ* que o paciente foi preso preventivamente no dia 28/2/2020 pela suposta prática do crime previsto no art. 157 do Código Penal.

Assevera o impetrante ilegalidade da prisão por ausência dos requisitos do art. 312 do Código de Processo Penal, bem como a desproporcionalidade da medida, eis que baseada tão somente na gravidade abstrata do crime, sem qualquer comprovação da participação do paciente nos delitos.

Alega a possibilidade de fixação de outras medidas previstas no art. 319 do Código de Processo Penal bem como seja observada a Recomendação n. 62/2020 do CNJ.

Requer a concessão da ordem liminar "para que seja revogada a prisão preventiva, e concedida a liberdade provisória ao paciente, por excesso de prazo na instrução criminal, de vez que sequer foi marcada audiência de instrução, e diante do cenário atual, "PANDEMIA COVID-19", inexistente a previsão, de vez que os prazos encontram-se suspensos por período indeterminado, atendendo ao disposto na RECOMENDAÇÃO N.62 CNJ." (fl. 21).

Subsidiariamente, pugna pela aplicação de medidas cautelares diversas previstas no art. 319 do Código de Processo Penal, preferencialmente aquela consistente no comparecimento periódico em Juízo.

É o relatório. Decido.

Superior Tribunal de Justiça

A matéria não pode ser apreciada pelo Superior Tribunal de Justiça, pois não foi examinada pelo Tribunal de origem, que ainda não julgou o mérito do *writ* originário.

A jurisprudência do STJ firmou-se no sentido de que não cabe *habeas corpus* contra indeferimento de pedido liminar em outro *writ*, salvo no caso de flagrante ilegalidade, conforme demonstra o seguinte precedente:

PROCESSUAL PENAL. *HABEAS CORPUS*. SÚMULA 691/STF. FLAGRANTE ILEGALIDADE. SUPERAÇÃO. TRÁFICO DE DROGAS. PRISÃO PREVENTIVA DEVIDAMENTE FUNDAMENTADA. NECESSIDADE DE GARANTIA DA ORDEM PÚBLICA. PRISÃO DOMICILIAR. CONSTRANGIMENTO ILEGAL EVIDENCIADO. *HABEAS CORPUS* NÃO CONHECIDO. ORDEM CONCEDIDA, DE OFÍCIO. 1. **Nos termos do Enunciado n. 691 da Súmula do Supremo Tribunal Federal, não é cabível *habeas corpus* contra indeferimento de pedido de liminar em outro *writ*, salvo em casos de flagrante ilegalidade ou teratologia da decisão singular, sob pena de indevida supressão de instância.**

[...] (HC n. 486.900/SP, relator Ministro Ribeiro Dantas, Quinta Turma, DJe de 26/2/2019.)

Confira-se também a Súmula n. 691 do STF:

Não compete ao Supremo Tribunal Federal conhecer de *habeas corpus* impetrado contra decisão do Relator que, em *habeas corpus* requerido a tribunal superior, indefere a liminar.

No caso, não visualizo, em juízo sumário, manifesta ilegalidade que autorize o afastamento da aplicação do mencionado verbete sumular.

Ante o exposto, com fundamento no art. 21-E, IV, c/c o art. 210 do RISTJ, **indefiro liminarmente o presente *habeas corpus*.**

Cientifique-se o Ministério Público Federal.

Publique-se. Intimem-se.

Brasília, 1º de abril de 2020.

MINISTRO JOÃO OTÁVIO DE NORONHA

Presidente